



FACULDADE VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA ISMÊNIA DA SILVA BOTÃO

**A IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DA
PESSOA IDOSA**

ICÓ-CE

2018

MARIA ISMÊNIA DA SILVA BOTÃO

**A IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DA
PESSOA IDOSA**

Monografia submetida à disciplina de TCC do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Vale do Salgado, a ser apresentado como requisito para obtenção de título em bacharel em serviço social.

Orientador(a): Esp. Daniela Nunes de Jesus

ICÓ-CE

2018

MARIA ISMÊNIA DA SILVA BOTÃO

**A IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DA
PESSOA IDOSA**

Monografia submetida à disciplina de TCC do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade Vale do Salgado, a ser apresentado como requisito para obtenção de título em bacharel em serviço social.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Esp. Daniela Nunes de Jesus

Orientador(a)

Prof.^a Esp. Maria Simone Araújo Figueiredo

1^a Examinadora(a)

Prof.^a Esp. Sonilde Saraiva Januário Nunes

2^a Examinadora(a)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, e a maior saudade da minha vida minha Mãe Maria Santos a quem eu devo toda a gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e coragem em todos os momentos para caminhar nessa jornada árdua, pela proteção divina, saúde e amor doado por toda a minha vida.

A minha mãe Maria Santos (in memoriam), pela força e coragem deposita mesmo de outro plano, por todos os ensinamentos e valores adquiridos por toda a minha vida, que infelizmente não pode estar presente neste momento tão feliz da minha vida, mas jamais poderia deixar de dedicar a ela. Sei que se ela estivesse presente não mediria esforços pra que este sonho se realizasse, sem a compreensão, ajuda e confiança dela nada disso seria possível hoje.

A ela além da dedicatória desta conquista dedico a minha vida.

Te Amo minha luz eterna!

Ao meu pai Francisco Diassis, por depositar toda confiança e apoio ao meu crescimento e escolha profissional para que esse momento tão feliz da minha vida fosse realizado, mas que não poderia deixar de dedicar a ele, pois se hoje estou aqui, devo muitas coisas a ele e por seus ensinamentos e valores passados. Obrigada por tudo!

A minha vó (Carmina Botão), que acreditou e torceu junto comigo pela minha conquista, por tudo que fez por me e meus irmãos.

Obrigada minha Rainha.

Aos meus dois irmãos que sempre que precisei estive disposto para me aconselhar e me dar força. (Izael e Ismael), em especial a Izael pois em todos os momentos de dor, angústia e sofrimento estive presente em minha vida sem medi esforços para pode me reerguer. Te amo!

As minhas cunhadas (Rayanne Maria e Marta) que são como irmãs e que me transmitia toda força e acreditaram nos meus esforços.

Aos meus amigos (a), que me apoiaram e que sempre estive ao meu lado durante esta longa caminhada, em especial a minhas amigas (Anny Caruzi, Leidiane) que muitas vezes compartilhei momentos de tristezas, alegrias, angústias e ansiedade, mas que sempre estive ao meu lado me apoiando e me ajudando, dedico este trabalho e todo meu carinho.

A minha orientadora (Daniela Nunes), que me aceitou como orientanda, pelo incentivo e por ter sido um mestre que me transmitiu conhecimentos e todo o seu apoio, segurança e toda força e por ter acreditado que eu seria capaz de concretizar meu sonho.

Muito Obrigada.

A coordenadora do curso (Sonilde), pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão.

A todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta monografia.

A todos esses dedico meu trabalho, sem a ajuda, confiança, incentivo e compreensão de todos, este sonho não teria se realizado.

Que Deus abençoe a cada um.

Muito Obrigada por tudo!

*Passar a vida desprezando os idosos não
protege ninguém da velhice.*

(Saulo Pessado)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

AC	-	Análise de Conteúdo
AT	-	Análise Temática
ANG	-	Associação Nacional de Gerontologia
CAPS	-	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CEAS	-	Centro de Estudos de Assistência Social
CEP	-	Comitê de Ética em Pesquisa
CNDI	-	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CRAS	-	Centro de Referência da Assistência Social
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPS	-	Institutos de Aposentadoria e Pensões
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	-	Lei Orgânica da Assistência Social
MPAS	-	Secretaria de Assistência Social
MDS	-	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PAI	-	Programa de Assistência ao Idoso
PAPI	-	Projetos de Apoio à Pessoa Idosa
PNI	-	Política Nacional do Idoso
SESC	-	O Serviço Social do Comércio
SBGG	-	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SCFV	-	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNILEÃO	-	Centro Universitário Leão Sampaio

RESUMO

BOTAO. S. I. M. A importância da convivência familiar e comunitária da pessoa idosa. 2018, 56 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Faculdade Vale do Salgado – FVS – Icó-CE, 2018.

Grande parte da população mundial é representada por idosos. Através do exposto, a saúde torna um elemento chave para os idosos no que se diz respeito ao desenvolvimento do seu envelhecimento da sua qualidade de vida na garantia de seus direitos. Assim, as políticas públicas, que são disponibilizadas diante dos mecanismos acerca da garantia das necessidades desses indivíduos, que disponibiliza de programas e projetos que são executados através da rede assistencial e da saúde, a melhoria da qualidade de da população idosa. Diante disso, a pesquisa trará como objetivo geral do estudo: analisar as contribuições das atividades desenvolvidas do SCFV para a vida do idoso no CRAS II no município de Jaguaribe-CE; tendo como objetivos de investigação, identificar a importância do fortalecimento de vínculos familiar e comunitário para idosos na perspectiva do envelhecimento; analisar o serviço ofertado pelo SCFV do CRAS II para garantia de direitos aos idosos; identificar a atuação do idoso dentro do serviço de proteção social básico no fortalecimento de vínculos. Contudo, através do conhecimento podemos ofertar referencias que sejam uteis para a realização de investigações tanto na área da assistência como na área da saúde voltada ao idoso nos demais mecanismos disponíveis.

Palavras Chave: Idoso, envelhecimento, políticas públicas.

ABSTRACT

BUTTON. YES The importance of family and community life of the elderly. 2018, 56 pgs. Work Completion of course (Bachelor of Social Work). Faculty Salgado Valley - FVS - Ico-EC 2018.

Much of the world's population is represented by seniors. Through the above, health becomes a key element for the elderly as it concerns the development of aging of their quality of life in ensuring their rights. Thus, public policies, which are available on the mechanisms about the guarantee of the needs of these individuals, which provides programs and projects that run through the care network and health, improving the quality of the elderly population. Therefore, the search will as a general objective of the study: to analyze the contributions of the activities of scFv for the life of the elderly in CRAS II in the municipality of Jaguaribe-EC; having as research objectives, identify the importance of strengthening family and community ties for the elderly in aging perspective; analyze the service offered by the CRAS II scFv to guarantee rights of the elderly; identify the elderly role within the basic social protection service in strengthening ties. However, through knowledge we can offer references that are useful for carrying out investigations both in the area of social assistance and in health geared to the elderly in the other available mechanisms.

Key words: Elderly. Aging. public policies.

SUMÁRIO

INTRUDUÇÃO.....	5
2 OBJETIVOS	7
2.1 OBJETIVO GERAL.....	7
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	8
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	8
3.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE PROTEÇÃO AO IDOSO NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO AO DIREITO	13
3.4 QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO	19
4 - METODOLOGIA	22
4.1 TIPO DE ESTUDO	22
4.2 LOCAL DE ESTUDO.....	23
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	23
4.4 ALISE DE DADOS.....	24
4.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	24
4.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	25
5 ANÁLISES E DISCURSÕES DE DADOS.....	29
6- CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36
APENDICE	39
APENDICE A	40
APENDICE B.....	44
APENDICE C	46
ANEXOS.....	47

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento está condicionado a todos aqueles que nascem, independente de classe social, raça, etnia, cultura, religião, país, ou seja, o envelhecimento está para todos os seres humanos, é a fase final de uma vida, estagio que encerra a jornada na terra.

Tratando-se das políticas públicas, podemos trazer como exemplo o SCFV que se encontra dentro dos serviços ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, que dentro do serviço citado, acontece encontros dos profissionais junto a sua equipe multidisciplinar e os idosos, para debater certos assuntos que são de seu interesse, são realizadas atividades para trabalhar o seu desenvolvimento pessoal e intelectual, a sua autônima, autoestima, sua vida social e familiar. Com isso, o grupo de convivência proporcionar a cada usuário o bem-estar, o exercício da garantia de direitos acerca da sua qualidade de vida.

O crescimento da população idosa é algo significativo e positivo para nossa sociedade, pois dá a credibilidade de se viver mais, a esperança de alcançar uma velhice sadia. Entretanto, desafios também crescem em nossa sociedade na mesma medida em que nossa expectativa de vida cresce.

Apresenta-se atualmente na nossa sociedade um contraponto que se insere entre o crescimento da população idosa e as condições de vida em que essa mesma população enfrenta, qual seja, situações de preconceito, abandono, omissão, maus tratos, entre outros. Na medida em que há um esforço para a prolongação da vida dos cidadãos, também cresce os desafios na vertente da garantia do reconhecimento, da autonomia, da cidadania e do exercício da vida da pessoa idosa. (KIST, 2011).

A política nacional de Assistência Social no Brasil encoraja a luta no enfrentamento da efetivação dos direitos da pessoa idosa. Essa luta é travada no cotidiano, diretamente na realidade das pessoas, ou seja, é no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS que a luta se torna palpável, perceptiva a olho nu.

A participação dos idosos nos espaços oferecidos pelo CRAS possibilita uma integração que partilha as vivencias dos idosos, as experiências, as potencialidades como

também pode prevenir a ociosidade e a solidão. A cidadania e a autonomia dos idosos devem ser objetos de intervenção no cotidiano do CRAS.

Portanto, com base no exposto acima, o propósito desta pesquisa é analisar a participação dos idosos no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS II, no município de Jaguaribe/CE, e a influência que os serviços ofertados pelo equipamento têm sobre o exercício da cidadania e da autonomia dos mesmos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar as contribuições das atividades desenvolvidas do SCFV para a vida do idoso no CRAS II no município de Jaguaribe-CE.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a importância do fortalecimento de vínculos familiar e comunitário para idosos na perspectiva do envelhecimento.
- Analisar o serviço ofertado pelo SCFV do CRAS II para garantia de direitos aos idosos.
- Identificar a atuação do idoso dentro do serviço de proteção social básica no fortalecimento de vínculos.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Podemos considerar que a trajetória do Serviço Social no Brasil foi baseada no contexto da caridade e da filantropia tendo como influência da Igreja Católica, na época, que tinha delimitações na base social, fontes de recrutamento, agentes sociais de uma ideologia altamente determinada.

Iamamoto e Carvalho (2006) indaga que a efetivação do Serviço Social é decorrente do processo das contradições antagônicas entre a classe dominante e a classe dominada (burguesia x operário) não sendo baseadas em medidas do Estado. Surgindo uma particularidade de grupos e elementos de classes, que são manifestados, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.

O Serviço Social, na sua gênese é marcado pelas demandas de classe, tendo um relacionamento direto com grandes mobilizações da classe operaria, debatendo a certa da “questão social”, que desde início é o objeto geral do Serviço Social, tendo em vista, a exigência do papel do Estado das frações dominantes da Igreja.

Podemos também destacar que a década de 20, que o capital toma suas proporções, assim aumentando a população, industrialização e a classe trabalhadora que tem como consequência uma série de conflitos e contradições, elevando ainda mais as expressões da questão social, como dito anteriormente. Que através da ideologia de Iamamoto e Carvalho (2006) exemplificam que, a questão da reprodução, se dá através do salário que estar a cargo do trabalhador e sua família. O operário vende a sua força de trabalho para concretizar a sua sobrevivência e de sua família, porém essa sobrevivência estar relacionada ao trabalho ligado domínio do capital. Assim a sociedade é marcada pelo escravagismo, onde a base econômica é formada pela exploração.

Através dessa exploração abusiva da mão de obra, que afeta a capacidade vital, aparecerão as lutas defensiva dos operários. Diante disso a classe burguesa se sente ameaçada, a partir daí o movimento operário impõe a necessidade da ordem social da exploração da força de trabalho, clamando pela intervenção do Estado.

A regulamentação das Leis Sociais foi um marco muito importante diante das terríveis situações existentes, sendo assim retratadas para a sociedade brasileira por meio dos movimentos sociais, que estavam em busca da cidadania social. Esses movimentos refletem e

são elementos que passam a alterar o perfil da sociedade, diante do progresso do polo industrial, inclui um conjunto de problemas expostas a sociedade, exigindo do estado modificações nas relações entre Estado e classes sociais. (IAMAMOTO E CARVALHO 2006)

Iamamoto e Carvalho (2006) destacam a elevação da “questão social” e as necessidade que a classe operaria impõem para o Estado:

O desdobramento da questão social é questão da formação da classe operaria e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, pg. 126).

Diante o exposto podemos concluir que no que se refere a “questão social” podemos dizer que as expressões da questão social é que proporciona a implementação do Serviço Social. A institucionalização do Serviço Social está relacionado as décadas de 30 e 40, que não podemos entender como acontecimentos isolado, pelo contrário, devemos considerar os resultados que são relacionados as condições sócio-historicas necessárias para que a profissão indicasse seu percurso histórico no cenário brasileiro.

A luta reivindicatória estará centrada na defesa do poder aquisitivo do salário – na duração da jornada normal de trabalho, na proibição do trabalho infantil e regulamentação do trabalho de mulheres e menores, no direito a férias, seguro contra acidente e doença, contrato coletivo de trabalho e reconhecimento das suas entidades, que aparecerão como maior ou menor ênfase de acordo com a conjuntura e características dos movimentos e de suas lideranças. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2006, pg. 131)

Após uma série de conflitos, diante de uma revolta eminente da classe operaria, o Estado que tinha influência da Igreja busca amenizar esses conflitos. Assim, na década de 30 inicia uma mudança no papel do Estado, período marcante e que surge as principais medida de proteção social no Brasil. (SOUSA, GONÇALVES, 2014)

Sousa e Gonzaga (2014) mencionam que nessa época de grandes conquistas no âmbito do trabalho, teve um serie de legislações trabalhistas que passaram a assegurar os direitos ao trabalhador que estivesse devidamente legalizado, sendo considerado como uma proteção, porem de caráter contributivo, nomeadas como Caixas de Aposentadoria e Pensões – CAPS e em seguida os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPS. Podemos observar, diante do exposto que ainda há contradições das políticas sociais no âmbito do sistema capitalista. Para o Estado a assistência social não era uma preocupação, sendo que as ações assistências eram desenvolvidas sobre tudo pela Igreja, de caráter benéfico.

O País vivenciava o governo passageiro (1930 a 1934), por Getúlio Vargas que usufruía poderes quase imensos e, aproveitando-se deles, começou a tomar políticas de

modernização do país. Criando, por exemplo, novos órgãos como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde, e nomeou interventores de estados. “A fase propriamente revolucionária durou até 1934, quando a assembleia constituinte votou nova Constituição e elegeu Vargas como presidente” (CARVALHO, 2006 p.87).

Assim sua função enquanto profissão para classe burguesa deve seguir na direção de amenizar conflitos, uma vez que “se alicerça tanto no processo conservador de manutenção da ordem como no processo renovador [...] de mudança do procedimento em função das normas de higiene social, controle biopsíquico, recuperação dos sujeitos” (FALEIROS, 2005 p. 13).

Em 1932 são desenvolvidas as ações do Centro de Estudos de Assistência Social (CEAS) ganhando espaço na sociedade, realizando ações para a formação técnica especializadas, visando ponderar-se das doutrinas da Igreja. Para isso, atuando diretamente junto ao proletariado. Segundo Yamamoto (2013) e Aguiar (2011), p CEAS, no mesmo ano, duas das suas criadoras vão a Bélgica para estudar a organização e o ensino do Serviço Social. Assim, em 15 de fevereiro de 1936 é instalada no Brasil, a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo.

Nessa direção, na operacionalização de sua intervenção os assistentes sociais recém-formados em 1936, atuaram na mudança de hábitos das famílias e pessoas, na expectativa de melhorar os comportamentos, condições de higiene, à moral e à sua inclusão na ordem social.

Faleiros (2005) em suas palavras expõe exemplos do agir profissional do assistente social, onde suas articulações, pode ser vistos diante de suas atividades da assistência social subindo morros das favelas para que as pessoas pudessem regularizar seus documentos pessoais evitando casos perigosos. Era como uma ordem social e moral para que houvesse a harmonização de classes e edificar a “boa família”, o “bom operário”, o “homem e a mulher sadio”, como diz o autor.

Vala-se ressaltar que a Igreja Católica teve um papel fundamental no desenvolvimento do assistencialismo, com suas formas assistencialistas frente ao enfrentamento da questão social, utilizando em seu discurso recursos moralizados e educador de famílias, tendo em vista o modelo de família nuclear burguesa, como pontua Yazbek (2009) com relação ao modelo familiar destacado “sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral”. (YAZBEK, 2009, p.05)

Tratando-se das determinações do Estado no âmbito da assistência social nessa época foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada para atender os praticantes da segunda

guerra mundial, em 1942, logo após com o desenvolvimento como sociedade civil, voltam a desenvolver ações de assistência social, porém ainda não havendo o rompimento com o assistencialismo. Já no período da Ditadura Militar, entre os anos de 60 e 80, a assistência social era articulada as ações do clientelismo, assistencialismo, voltadas para o ajuste social. (SOUSA, GONÇALVES, 2014)

Martinelli (2005) aponta que ao longo dos anos 60, houve uma gravidade no quadro político nacional, onde encontravam o Serviço Social recuado do cenário histórico, não reproduzindo práticas que fossem capazes de construir e prevenir o que era um cenário de exploração da ditadura, um espaço social democrático. As relações sociais nesse período ditatorial, inicia-se em 1964 “de modo apertado, violento, e radical nos avanços do processo organizativo das classes populares (...) retração de todos os movimentos de natureza social” (MARTINELLI, 2005, p. 141).

Ao falar do contexto histórico do Serviço Social não podemos esquecer-nos do marco que tivemos nos anos 60, o movimento de reconceituação, onde traz uma proposta de rompimento com a neutralidade. No ano de 1965 esse movimento deu uma enfraquecida, por conta da ditadura que não era aceita as manifestações de ideologia de movimentos reivindicatórios comunistas e sociais. Foi um período de grande opressão, onde milhares de pessoas foram executadas. Vale lembrar que todos os países da América Latina estavam passando por um processo de intervenção militar.

De acordo com Netto, (2005) após o golpe de 64 feito pelos militares dar-se início ao período ditatorial, o governo passa a ser liderado pelos militares e apresenta-se sob duas faces: a ideológica e a repressiva exibindo ideias onde tudo que o governo fazia erra para o bem estar da sociedade e para o desenvolvimento do país. Aqueles que eram contra a ideologia burguesa eram reprimidos, violentados fisicamente e moralmente, fazendo com que muitas pessoas fossem mortas, outros exilados.

No período da autocracia burguesa, o Serviço Social vem retrucar novas demandas consequentes que ali existia. Dessa forma o Serviço Social, em primeiro momento, as práticas assistenciais apresentava aspectos tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa, assistencialista, prática essa reforçada pela autocracia burguesa. Netto (2005) indica que esses componentes da prática, atendia duas precisões distintas: preservava os traços subalternos da ação profissional, que dava continuidade na execução de políticas sociais bastante dóceis, ao mesmo tempo, que havia projeções profissionais conflituosas com meios e

objetivos ligados a uma estrutura organizacionais e institucionais que inseririam condicionalmente os assistentes sociais.

Viana, Carneiro e Gonçalves (2015) falando da expansão do Serviço social e da pratica profissional dos assistentes sociais, onde houve a expansão do mercado de trabalho ao Serviço Social, havendo a existência de diversas demandas para um profissional com novas características, diante da implantação moderna por parte do Estado e das industrias para a expansão capitalista permanecendo modelos econômicos que passavam a remodelar na inserção da dinamização do capital, evidenciando o êxodo rural, um crescimento populacional que por consequência trouxe a miséria, violência, e muitas outras frações da questão social para a população brasileira.

Tanto em instituições privadas como estatais, o assistente social tinha uma sua pratica voltada a uma compostura desenvolvida, que atendesse as ordens de uma racionalidade burocrática-administrativa em meio a modernização conservadora “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diamantes daquela racionalidade” (NETTO, 2005. p. 123).

Através da modernização na prática, a construção do Serviço Social perpassou por várias modificações, sendo inserido no ensino das universidade, pois antes só havia escolas isolada, não havendo recursos, eram ligadas aos valores morais, e com o decorrer dos tempos as unidades de ensino passam a torna-se complexos universitários. Por tanto o Serviço Social transitou a dinamizar como disciplinas das ciências sociais como psicologia, sociologia e antropologia, e métodos do viés da ditadura, a composição era acercada de acordo com as necessidades do mercado posto na esfera da ditadura militar. Com a efetivação das ciências sociais no meio acadêmico, o Serviço Social começa a ter suas mudanças tendo postura crítica para seus fundamentos (NETTO, 2005). É nesse contexto que surge o processo de renovação do Serviço Social. Essa renovação transportou um novo aspecto do agir profissional, principalmente levando ao rompimento com as práticas tradicionais do início da profissão.

Netto (2005, p. 131) entende-se por renovação o grupo de individualidades, que nas referências das pressões da autocracia burguesa, o Serviço Social proferiu, baseado no rearranjo de seus costumes, que procura investir como corporação de natureza profissional favorecida de legitimação prática, diante de respostas as demandas da sociedade e da sua organização, e de seu enaltecimento teórico, diante a remissão ás teorias e métodos sociais.

O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2010 p.205) “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi”, processo esse que demanda

ao Serviço Social uma prática de mais eficiência, buscando assim destinos em novos fundamentos teórico-metodológicos.

Através do Movimento de Reconceituação, Iamamoto (2010) relata que a partir do movimento é que o Serviço Social é valorizado em meio a sociedade. Os assistentes sociais passam a se dedicar mais pelas lutas por uma sociedade mais justa, pela justiça social, diante a tanta desigualdade e exploração, e grandes barreiras que são posto acerca da pratica profissional.

3.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS DE PROTEÇÃO AO IDOSO NO BRASIL: DO ASSISTENCIALISMO AO DIREITO

A humanidade em sua totalidade desfruta de um dos maiores marcos da sociedade, que por sua vez foi conquistado na metade do século XX, o aumento da expectativa de vida. A adição na expectativa de vida é originaria da redução da mortalidade em todas as idades, influenciada em políticas econômicas, sociais, avanços tecnológicos da saúde, saneamento básico, alimentação, educação, entre outros. Segundo Camarano e Pasinato (2007), a queda de mortalidade, desde os anos 60 presencia-se uma redução nos níveis de fecundidade. O envelhecimento populacional, sendo um fenômeno mundial, passa a ganhar visibilidade diante do crescimento da população idosa relacionado aos demais grupos etários.

Segundo o Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) no Brasil há 20,6 milhões de idosos, que representam 10,8% da população total. As projeções indicam que, em 2060, o país possuirá 58,4 milhões de pessoas idosas, o que representa 26,7% da população brasileira

Diante de uma pesquisa realizada pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Poltronieri, Costa, Soares (2015) relatam que no Brasil, em 2010, o país segue a nível elevado o envelhecimento da população, sendo que 7,4% da população têm mais de 65 anos, sendo que desses índices, no ano de 1991, chegava apenas a 4,8%. Giacomini (2012) vem trazer um retrato de como será o Brasil em 2025, “onde haverá mais de 50 adultos com mais de 65 anos, por conjunto de 100 jovens menores de 15 anos de idade.” Enquanto Carvalho e Wong (2008) afirma que, no ano de 2050, a cada grupo de 100 mulheres idosas, haverá 76 idosos homens.

A respeito da construção dos serviços de proteção social para os trabalhadores brasileiros, incluindo as pessoas idosas ex-trabalhadores, iniciou-se no ano de 23, após a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), conhecida como Lei Eloi Chaves, que previa a aposentadoria por invalidez velhice ou tempo de trabalho, pensão por morte para dependentes, assistência médica curativa, fornecimento de medicamentos e auxílio funeral. Entretanto, só os trabalhadores que tinha vínculos com as empresas tinham direito ao benefício previdenciário, o restante, em na maioria das vezes, ficavam excluídos (PRADO, 2012).

Na década de 30, os sindicatos e os movimentos operários que pressionava o Estado, reivindicando melhorias, por sua vez clamavam pela participação estatal, dessa forma, para conter os movimentos sociais o Estado passa a cuidar da questão social, criando a legislação trabalhista e previdenciária, como o Ministério do Trabalho. No ano de 1933, as CAPS foram substituídas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que reunia os trabalhadores não mais por empresas e sim por categorias. Por último o governo Vargas os trabalhadores urbanos tinham um sistema de proteção, com exceção dos trabalhadores rurais. (PRADO, 2012)

De acordo com Cabral (2000) “no ano de 1974, foram criadas as leis, programas e projetos voltados para o envelhecimento tais como: Programa de Assistência ao Idoso – PAI, Projetos de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI).” As Organizações Não Governamentais tiveram grande participação na defesa dos direitos dos idosos. O Serviço Social do Comercio (SESC), Associação Nacional de Gerontologia (ANG), pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) desenvolveram seus trabalhos com influência de agências internacionais como a OMS e a ONU que contribuíram no processo de visibilidade social do envelhecimento (TEIXEIRA, 2008).

Nos anos 80, foi realizado seminários regionais em prol das discursões a questão do idoso, incluindo a participação de várias entidades interessadas na elaboração de políticas sociais para a pessoa idosa. Seminários esses que gerou documentos, entre eles o “Políticas para a Terceira Idade nos anos 90” que originou-se, em 1994 a Política Nacional do Idoso - Lei 8.842, 1994 - (LOBATO, 2012)

Diante de leis, políticas e direitos, após a Constituição Federal de 1988, que forma uma nova institucionalidade de proteção ao idoso no Brasil, temos como destaque a Assistência Social, uma grande fonte de melhoria da condição de vida e da cidadania. A assistência social na sua amplitude passa a funcionar como uma política pública mediadora de direitos sociais básicos, sendo de idosos, crianças, adolescentes, mulheres, pessoas portadores de deficiência,

famílias, pessoas vulnerais, seja social ou economicamente. Por tanto, a Assistência Social é regida pela lei federal (Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993), conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que traz características que distanciam e rompe com as práticas conservadoras. Assim, a LOAS, após o CF 1988, estabelece a diferença entre Política Pública de Assistência Social e “assistencialismo”. (POTYARA, 2010)

Na sociedade existem grandes desafios em decorrência das demandas sociais e econômicas, que implicam nas necessidades de adoção de políticas sociais específicas para que venham melhorar as condições de vida da sociedade. As políticas sociais para o idoso, no Brasil, são bem recentes, as mesmas sofrem influência de organismos internacionais na sua elaboração e implementação, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU). (ESCOBAR, MÔURA, 2016)

Nas de 80 e 90, são marcadas pela elevação do envelhecimento na agenda social como um problema social e político considerável. Período esse que foi destacado por grandes discussões relacionados as criações de políticas públicas voltados a pessoa idosa (LOBATO, 2012). A politização da velhice contribuiu para o surgimento de demandas específicas em torno dos direitos no interior das políticas. Essa nova inclusão do envelhecimento no cenário público não devendo apenas ao crescimento numérico, mais também aos processos de reivindicação de instituições, profissionais da área, incluindo as organizações internacionais que eram responsáveis pela problematização das questões relativas ao envelhecimento. Assim, a primeira política que regulamenta os direitos específicos para esses seguimentos foi diante desses encontros e debates que foram realizadas por meio de vários seminários, que a partir da Política Nacional do idoso, várias políticas foram sendo instituído, com destaque o Estatuto do Idoso, regido pela lei de nº 10.741, de 03 de outubro de 2003 (ESCOBAR, MÔURA, 2016).

Através da Constituição de seminários e debates acerca dos direitos sobre a população idosa, em 4 de 94 foi aprovada a lei 8.842, que foi instituída a Política Nacional do Idoso (PNI), que além de estabelecer responsabilidades das entidades e dos órgãos públicos, fez necessário a articulação e integração dos ministérios afins a essa política para elaborar o plano governamental a nível nacional. Sendo operacionalizada, essa política articula-se com outras políticas que são direcionadas aos idosos em nível estadual, municipal em parceria com a sociedade.

A PNI foi a primeira lei específica para assegurar os direitos dos idosos. Consistindo em um conjunto de ações tendo como objetivo de garantir o direito a cidadania. Para suas

gestões e coordenações, foram nomeadas a Secretaria de Assistência Social do MPAS, atualmente, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Também criado pela lei 8.842 o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI que foi implementado no ano de 2002.

Otoni (2012) em suas palavras descreve o objetivo da Política Nacional do Idoso (PNI):

A PNI tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, promovendo sua autonomia e participação na sociedade; diz quem é o idoso, ou seja, a pessoa maior de 60 (sessenta) anos; coloca os princípios da política nacional do idoso como direitos de cidadania assegurados pela família, pela sociedade e pelo estado; proíbe qualquer tipo de discriminação; coloca diretrizes, como participação e convívio social, participação na formulação, implementação e avaliação de políticas, planos, programas e projetos; prioridade de atendimentos no lar; capacitação e reciclagem para os prestadores de serviços; informação e divulgação das políticas, serviços, planos, programas e projetos; divulgação de informações sobre aspectos biopsicossociais do envelhecimento; prioridade no atendimento em órgãos públicos e privados prestadores de serviços; apoio a estudos e pesquisas sobre envelhecimento (OTTONI, 2012, p. 70)

Em 1999, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu diretrizes para a orientação do desenvolvimento das políticas sociais para os idosos, considerando que o envelhecimento não deve ser um problema, uma carga, mais sim uma oportunidade. Estabelecendo em seus princípios a Independência, Participação, Assistência, Auto-realização e Dignidade. No ano de 2002, foi promovida a II Assembleia Mundial do Envelhecimento, realizada pela ONU, que deu origem ao Plano Internacional de Madri, que sinalizava a importância do compromisso de todos os líderes de governo para aderir ações, políticas, programas que passassem a garantir uma sociedade para todos, independentemente da idade. No mesmo ano a Organização Mundial de Saúde elaborou a Política para o Envelhecimento Ativo (ESCOBAR, MÔURA, 2016)

Em 2003 foi aprovado o estatuto do Idoso, após a aprovação da PNI, essas políticas ampliaram o conhecimento na área do envelhecimento e da saúde do idoso que foram fundamentais. O Estatuto valida os princípios que norteiam as discussões sobre os direitos humanos da pessoa idosa. Relacionando-se as conquistas para a efetivação desses direitos, em particular na tentativa da proteção e na reivindicação da atuação de todos (família, sociedade e Estado) apoiando o respeito ao idoso. O Estatuto do Idoso prioriza o atendimento de modo geral, como também aquela clientela que já apresenta algum grau de deficiência. É diante dessas ações fundamentais de prevenção, de reabilitação de promoção da saúde, além do cuidar e do tratamento, garantindo a qualidade de vida para o idoso na sua vida social e familiar. (FERNANDES, SOARES, 2011)

3.3 A PROTEÇÃO DO IDOSO E O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

A vida permite que possamos ter anos extras e que uma população possa planejar seu futuro de maneiras distintas das gerações anteriores, que depende da saúde como elemento fundamental. A partir desse entendimento, as políticas públicas tem posto ações consideradas positivas no que se trata de envelhecimento, assim o idoso passa a colaborar com sua riqueza de conhecimento ativo. (TAVARES, MACHADO, BRAGA, *et al*, 2017)

A Organização Mundial da Saúde – OMS determina o envelhecimento saudável como “processo de desenvolvimento” e suporte para a capacidade funcional, permitindo o bem-estar da idade mais avançada. A habilidade inerente, pode ser entendida por associação da capacidade funcional do indivíduo, atributos ambientais importantes para a interação do ser humano a essas individualidades. Tratando do bem-estar, é tem caráter singular, único, não sendo coletivo e sim singular que inclui o sentimento da realização, a satisfação e a felicidade. Deste modo, segundo a OMS, compreende por envelhecimento saudável, pela abrangência e importância da pessoa idosa mesmo que elas convivam com problemas de saúde; possibilitando o desenvolvimento de habilidades que possam lhe permitir a vivenciar o envelhecimento da melhor forma possível. (OMS, 2015)

Dados do IBGE mostram que a realidade brasileira, é que no ano de 2015, através dos dados da Previdência Social, conta que houve um crescimento considerável quando se trata de idosos, e que o aumento da população idosa terá um aumento elevado nas próximas décadas. Mantendo a taxa atual, o envelhecimento da sociedade brasileira será duas vezes mais que a média mundial. (IBGE, 2016)

Entre 2000 e 2010, de acordo com dados do Censo, a população idosa passou de 14,5 para 20,6 milhões de pessoas. Em 2011, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD estimou as pessoas idosas em cerca de 23 milhões, representando quase 12% da população total. Segundo estimativas do IBGE, a população idosa, em 2030, deve ultrapassar a marca de 30 milhões no país. (Brasil, 2013a, p. 69)

Diante os dados apresentados percebemos que os números reafirmam o avanço dos estudos e na área científica, tecnológica e epidemiológica garantindo uma maior perspectiva de vida ao ser humano, de outra forma podemos compreender que há uma diferença na inserção ao acesso aos seus direitos por conta da faixa etária, que por sua vez revela um grau de desigualdade no acesso as condições e qualidade de vida, o que muitas vezes implica no

desenvolvimento do envelhecimento saudável e ativo imposto pela ONU nas conferências realizadas pela Cepal na América Latina e no Caribe. (SILVA, 2016)

Diante a organização do Estado, uma década antes do século XXI, o envelhecimento da sociedade era posto mundialmente em um contexto de inquietações. A realidade do Brasil era tida como referência para analisar essas questões, havendo dificuldades acerca do envelhecimento que se apresentavam como expressão da questão social no processo de modernização econômico capitalista do Estado. O envelhecimento é visto como um problema social e não como uma conquista. (SILVA, 2016)

Através dos desafios postos pela população, supõe que o Estado pudesse ter ações direcionados ao envelhecimento, que não fosse visto apenas como risco social, mas que houvesse o engajamento de ações permanentes e emancipadoras. Na perspectiva apontada por Silva (2016), “essa agenda deverá incorporar, entre outras diretrizes: a execução de políticas que garantam o envelhecimento digno e sustentável; a execução de políticas que promovam o envelhecimento ativo, propiciando qualidade aos anos adicionados à vida; a implementação de políticas e programas que promovam uma sociedade inclusiva e coesa para todas as faixas etárias”.

As políticas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas são transversais a várias áreas de governo. Pela mesma razão, 220 Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 215-234, maio/ago. 2016 os compromissos do governo federal com o atendimento dessa população estão dispersos em diversos programas temáticos do PPA 2012/2015, em especial o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e também no âmbito da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade e da educação. (Brasil, 2013a, p. 70)

Como se percebe, são ações que congregam diferentes políticas e entes administrativos, revelando uma tendência a redimensionar a agenda pública no sentido de acolher as demandas desse segmento social. O enfrentamento desses desafios tem significado para os países da região a criação e o desenvolvimento de legislações, políticas e programas na área da proteção social que visam melhorar as condições de vida da população envelhecida.

O sistema de proteção social, no Brasil, voltado ao idoso encontra-se ordenado em condições de mecanismos que tenciona a garantia da proteção social básica e especial da pessoa idosa, diante das políticas de seguridade social, além de outras dimensões e políticas que visa garantir o bem-estar da sociedade idosa. Nesse caso podemos destacar algumas conquistas que venham assegurar o idoso. Temos como eixo fundamental Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica da Saúde (Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990), a Lei Orgânica da Assistência

Social (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993); a Política Nacional do Idoso (Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994), a Política Nacional da Saúde da Pessoa Idosa (Portaria n. 1.395/GM, de 10 de dezembro de 1999), a criação do Conselho Nacional do Idoso (Decreto n. 4.227, de 13 de maio de 2002), o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003) entre outras leis que fazem parte do plano social tendo suas diretrizes que passa a orientar e implantar ações através das políticas públicas que asseguram as necessidades da população brasileira. (SILVA, 2016)

3.4 QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Conceituando o vocábulo qualidade de vida está ligado a auto-estima e bem-estar pessoal que abrange uma serie de pontos como a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a vida social, atividades intelectuais, o cuidado pessoal, a base familiar, a própria saúde, os valores culturais, éticos e religiosos, o estilo de vida, a satisfação de suprir suas necessidades diárias. Portanto, a qualidade de vida varia para cada ser e, além disso, são princípios subjetivos que vem a depender do nível sociocultural, da sua idade e das a sucções pessoais de cada indivíduo. (VECCHIA, RUIZ *et al*, 2005)

Podemos considerar que a população da terceira idade vem crescendo consideravelmente. Desse modo, é importante que haja uma investigação dos diversos fatores que oferecem uma boa qualidade de vida na velhice, como as mais diversas modificações que essa fase requer, atribuindo uma grande importância social e científica. (NERI, 1993)

De acordo com Almeida 2018, é possível envelhecer com qualidade de vida sem que precisassem nos esforçar. A autora ainda destaca que a qualidade de vida é um termo multidimensional, que é mensurado de forma subjetiva, sendo qualificado de acordo com aquilo que se acha mais relevante para o bem-estar.

No caso da terceira idade, para que obtenha qualidade de vida, consideram-se importantes vários fatores, como: bem-estar físico e psicológico, nível de independência, relações sociais, ambiente de trabalho e lazer, religiosidade, entre outros. Desse modo envelhecer com qualidade que dizer estar exultante com a vida, assim havendo uma visão significativa relacionada ao futuro. Em vista disso, na vida madura tendo qualidade de vida possivelmente o se manterá o padrão de boa qualidade de vida no decorrer do ciclo de vida existindo a possibilidade de viver bem, com qualidade na fase da terceira idade. (ALMEIDA, 2018)

Para González 1993, diante a tematica existe algumas preocupações constante do ser humano, desde os primordios e, atualmente, adquirindo um compromisso pessoal, na busca a continuidade de uma vida saudável, ligada as condições da forma de sobreviver, através do bem-estar, como: saúde, moradia, educação, lazer, transporte, liberdade, trabalho, autoestima, entre outras. Existe uma grande variedade de definições, do termo qualidade de vida, podendo assim, se basear em três princípios: a capacidade funcional, nível socioeconômico e a satisfação.

Santos, Santos *et al* (2002), relaciona a qualidade de vida com a capacidade física, com o estado emocional, com a interação social, atividade intelectual, situação econômica e autoproteção de saúde. Assim a qualidade de vida pode variar de acordo com cada ser, sendo que alguns acreditam como unidimensional, enquanto, outros consideram como multidimensional.

A qualidade de vida, seja boa ou excelente é aquela que oferta o mínimo de situações para que o indivíduo possa desenvolver suas potencialidades, vivendo, sentindo, amando, trabalhando, produzindo bens ou serviços, apenas existindo. Temos as nossas necessidades que exatamente precisam ser realizadas, sejam apenas por enfeite ou até mesmo pelos propósitos da vida. Ainda com relação ao termo, muitos ligam o mesmo como uma fator da saúde. A saúde, nesse sentido, é um produto condicionante objetivo da existência, independentemente de qualquer definição que venha lhe atribuir. Fruto das condições da vida, tanto biológica, quanto social e cultural e, particularmente, das ligações que o ser humano determinam entre só e a natureza, diante do trabalho. (SANTOS, SANTOS, *et al*, 2002)

Neri (1993) faz uma pequena avaliação sobre a qualidade de vida do idoso, onde a mesma é complexa, mais que existe uma grande importância que se utiliza alguns critérios de avaliação híbrida, assim permitindo a classificação da probabilidade de ocorrências em idosos que em jovens, por exemplo: doenças, perdas afetivas, perda de papéis ocupacionais. O autor ainda relata que a avaliação da qualidade de vida do idoso pode implicar em múltiplos parâmetros de natureza biológica, psicológica e socioestrutural, diante disso são muitos os elementos que são indicados como determinantes do bem-estar na terceira idade: longevidade, saúde biológica, saúde mental, satisfação, controle cognitivo, competência social, produtividade, atividade, eficácia cognitiva, status social, renda, continuidade de papéis familiares, ocupacionais e continuidade de relações informais com amigos.

Diante do expostos, podemos considerar que, além dos demais fatores citados pelos diversos autores, podemos considerar, também que, a função muscular torna o idoso mais apto

aos vários sintomas de doenças, infecções do sistema osteomuscular. Em uma pesquisa realizada por Mendonça e Marques (2003) especificadamente como uma avaliação da qualidade de vida do idoso, pode ser visto que 14,4% das pessoas incluídas na pesquisa (pessoas idosas) eram portadoras de algum distúrbio osteomuscular, ficando a baixo apenas das infecções do sistema circulatório que chegam a 20,7%. Assim acredita-se que, os exercícios físicos sejam uma forma de prevenir e reabilitar a saúde do idoso, ou até mesmo, ajudar na minimização das perdas funcionais relacionadas ao envelhecimento. (KURA et al., 2004).

Caromano e Kerbaui (2001) afirmam que a força muscular, o equilíbrio e o desempenho motor do idoso que tem uma vida ativa relacionada a exercícios físicos a mais ou menos um ano de prática têm melhoras significantes, assim não sendo pessoas sedentárias, pelo contrário o idoso tendo inaptidão física, isso, por consequência poderá afetar negativamente a sua qualidade de vida. Existindo assim, a diminuição da força, da resistência e do equilíbrio podendo, aumentar as ocorrências de quedas e não resistência diante das doenças que possam vir a adquirir. (PEREIRA, 1996)

4 - METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

O presente trabalho está intitulado a importância da convivência familiar e comunitária da pessoa idosa. Como o objetivo geral de analisar as contribuições das atividades desenvolvidas do SCFV para a vida do idoso no CRAS II no município de Jaguaribe-CE. De identificar a importância do fortalecimento de vínculos familiar e comunitário para idosos na perspectiva do envelhecimento, analisar o serviço ofertado pelo SCFV do CRAS II no município de Jaguaribe-CE para garantia de direitos aos idosos, identificar a atuação do idoso dentro do serviço de proteção social básico no fortalecimento de vínculos. Cadastradas no Centro de Referência da Assistência Social do município de Jaguaribe - Ce. Como objetivos Trata-se uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem quanti-qualitativa usando o método dialético.

O caráter exploratório possui a finalidade de conhecer a “variável de estudo” e como ela é inserida no contexto. Permitindo um breve conhecimento sobre a realidade estudada, e auxiliando-o a compreendê-la como tal qual, e não ser concebida na perspectiva do pesquisador, permitindo uma aproximação com a amostra escolhida de estudo, para melhor compreender e entender seu posicionamento. (Carvalho, 2006)

Desse modo a presente pesquisa se classifica em exploratória descritiva que de acordo com Deslandes, Gomes e Minayo (2009, p. 26) esse tipo de pesquisa:

Consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo” sendo de acordo com Richardson *et al* (2014) o estudo exploratório tem por finalidade desmistificar um determinado tema e coletar dados fundamentais que levem a melhor compreensão desta.

De acordo com Vergara (1998), A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Quanto a abordagem qualitativa, Minayo (2014) salienta sua finalidade ao decorrer da história, englobando diferentes formas do compreender, através das convivências, da individualidade de cada pessoa, possuindo sua maneira de investigar os fatos de forma analítica, tendo como base as teorias e a interpretação dos fatos ocorridos. Em suma, Richardson (2008)

evidencia que a abordagem qualitativa fornece embasamento teórico justificável, que através de seu caráter investigativo se compreende as transformações das relações sociais.

4.2 LOCAL DE ESTUDO

A presente pesquisa será realizada no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS II que dar-se em campo, com o grupo de Idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS II João Neto Vitor, em Jaguaribe/CE. O CRAS II, que oferta o grupo de idosos, o qual será objeto desta pesquisa, fica localizado na Rua Maria Nerita Gomes e Silva, SN/, Bairro Conjunto José Pessoa Filho, em Jaguaribe/CE.

Presente pesquisa será realizada no município de Jaguaribe – CE, localizado na Região Centro Sul do Ceará. De acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) estima-se uma população de 34.621 habitantes, cerca de 1877 km² de área territorial. Vale-se ressaltar que cerca de 55% dos munícipes se localizam na área urbana da sede do município, o que indica que a cidade possui cerca de 19.041 habitantes.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é composto por uma assistente social, uma psicóloga, uma coordenadora, uma auxiliar de serviços gerais, uma auxiliar administrativa, três educadoras sociais e um motorista. Conta com um espaço físico composto por espaço de recepção; uma sala para atendimento individual, uma sala para a realização das atividades dos grupos, uma copa, dois banheiro, com adaptação para pessoas com mobilidade reduzida como, por exemplo, pessoas com deficiência e idosos.

Desse modo o CRAS é uma unidade pública responsável por oferecer orientações e apoio especializado a indivíduos e famílias que tem seus laços familiares rompidos ou que necessitam dos serviços que são prestados pela instituição e diversos processos sejam eles individuais ou familiares.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa serão quinze (15) idosos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Idosos que possam retratar como se dá o seu processo diário, quais os cuidados e as atividades que eles realizam para que sua autonomia, qualidade de vida seja concretizada.

Como critério de inclusão será considerado que os idosos assinassem o Termo Pós-Esclarecido. Já como critério de exclusão, foi analisado se os profissionais estariam presentes no equipamento no dia da pesquisa e se recusassem a responder as perguntas da entrevista posto pelo pesquisador afim de obtenção dos resultados da pesquisa.

4.4 ALISE DE DADOS

Como instrumento para a coleta dos dados, será utilizado a aplicação de uma entrevista que será respondido pelos idosos do SCFV de Jaguaribe-CE, no período entre os dias 09 a 10 de outubro de 2018. O questionário conterà 07 (sete) questões todas objetivas.

Segundo Gil (2010) a entrevista pode apresentar aspectos iguais a um questionário na sua estrutura, pois tem em seu guia pontos que interessa ao entrevistador que por sua vez explora o máximo de suas dúvidas e curiosidades ao decorrer do processo. O entrevistador fala pouco, fazendo perguntas curtas para que o entrevistado possa ser livre em suas respostas.

O autor ainda ressalta que a entrevista é muito utilizada na área das ciências sociais que por sua vez possui suas vantagens, como: número elevado de respostas, é bem mais flexível, assim o entrevistado pode estar esclarecendo o que significa aquela pergunta para que o entrevistado possa se adaptar facilmente no desenvolvimento da entrevista.

4.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

As informações obtidas por meio da entrevista serão submetidas à técnica de análise de conteúdo como forma de organização dos dados segundo Minayo (2014) é uma interpretação técnica do contexto pesquisado do qual está pautado em condições específicas, que ressaltam a seriedade e a criticidade do processo científico.

Por conseguinte, a explanada análise foi pautada em Minayo (2014), da qual subsiste num material teórico-metodológico a Análise de Conteúdo (AC), à medida que, tem sua especificidade na interpretação das elocuições se bem como, na criação de categorias para o empoderamento da Análise Temática (AT) visto em três fases: I – pré-análise; II – a exploração do material; III – tratamento dos resultados obtidos e interpretação destes.

A Pré-Análise constitui-se na seleção prévia das declarações sucintas adquiridas pelo investigador, ao passo que estas devem proceder de acordo às hipóteses e objetivos relacionando-os com as perguntas selecionadas anteriormente, para então lograr na percepção

do material mediante uma interpretação coerente. Ao passo que, a exploração do material baseia-se na leitura anterior das falas, onde são retiradas palavras-chaves para então haver a formulação de categorias e fim de organizar corpus textual. E por fim, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação deste; promovem a discussão teórica entre os autores de respaldo analítico, observando a necessidade de utilizar fatores estatísticos, como também analisar no âmbito qualitativo interligado as informações, além de propor uma leitura minuciosa do material esboçado (MINAYO, 2014)

4.6 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Como estabelecido o estudo será encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNILEÃO – Centro Universitário Leão Sampaio, para análise legal de preceitos éticos-legais (autonomia, não maleficência, beneficência e justiça) recomendados na resolução nº 466/2012 que pressupõe a toda e qualquer pesquisa que envolva seres humanos o acarretamento de riscos em tipos variados, mais cuidados rigorosos para minimizá-los.

Contudo, antes da realização da presente pesquisa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -TCLE, foi utilizado como meio de resguardo das informações contidas pelos participantes, bem como o termo Pós-Esclarecido reafirmando a participação dos profissionais.

A presente pesquisa não envolveu riscos extremos uma vez que foi desenvolvida através de respostas escritas a um questionário que levou em consideração toda a privacidade e todos os direitos dos participantes cabendo-lhes a escolha em participar ou não da pesquisa, sendo aceito a desistência a qualquer momento, bem como acesso caso solicitassem o conteúdo deste estudo.

5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em seguida serão expostos os resultados alcançados dessa pesquisa, sendo a mesma realizada por intermédio de um questionário o grupo de Idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS do município de Jaguaribe – Ce.

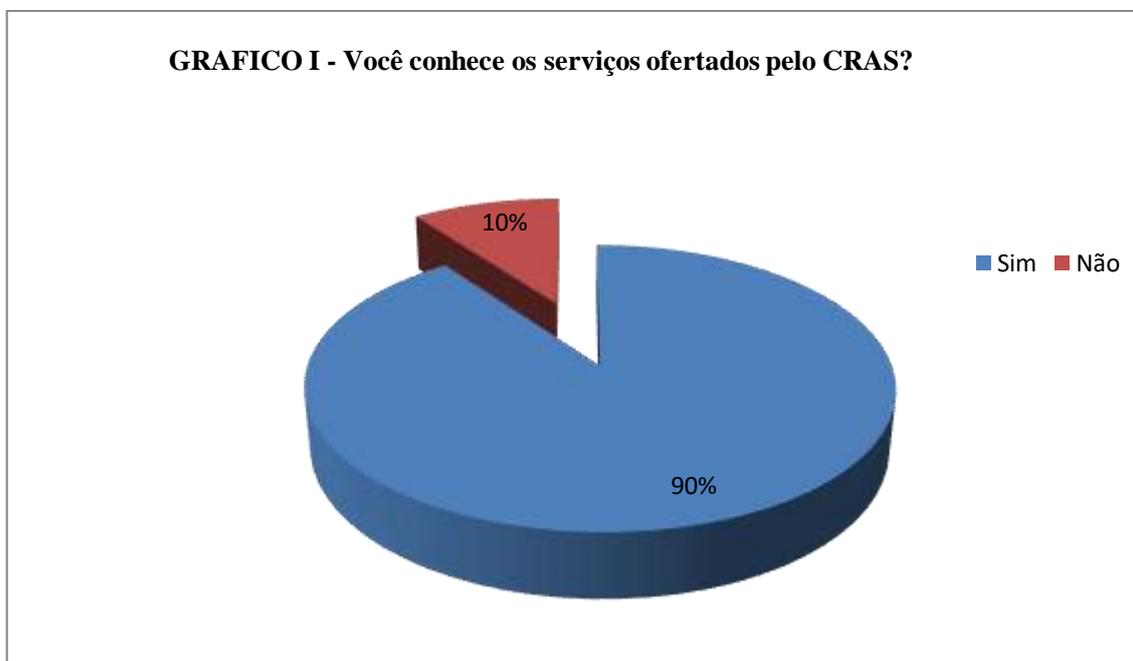
De acordo com Andrade, Nascimento et al (2017)

Os grupos de convivência surgem como contribuição para envelhecimento saudável e com qualidade. E a participação dos idosos nos mesmos pode trazer diversos benefícios, como: afastar a solidão, propiciar amizades, aumentar a autoestima, melhorar a integração com familiares, resgatar valores pessoais e sociais, oferecer suporte social e a adoção de um estilo de vida mais ativo, pois nestes são realizadas atividades de lazer, culturais, intelectuais, físicas, manuais, artísticas e de convívio grupal.

Se tratando de bem-estar os serviços ofertados nos mecanismos socioassistências tem em vista melhorar também, no que se diz respeito a rotina do idoso. Viver na mesmice e com desprazeres em sua vida, essa população que já viveu muito, e que já passou por diversos momentos e é na sua velhice que eles têm por direito de se distrair, de ter um momento de lazer, de alegria e distração, seja com pessoas da mesma idade ou não. Assim eles podem envelhecer com dignidade e melhorar a sua qualidade de vida.

5.1- SERVIÇOS OFERTADOS PELO CRAS

Nesse ponto foi questionado sobre os serviços que são ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).



Fonte: Dados da pesquisa

Ao verificar o gráfico podemos perceber que, atualmente pode sim, ainda existe a falta de conhecimento da população idosa diante dos serviços socioassistenciais, que apenas dez por cento afirma não conhecer os serviços. Vale-se ressaltar que os entrevistados são acompanhados pelos assistentes sociais do mecanismo, porém essa porcentagem, primeiramente citada, mostra que essas pessoas ainda não conhecem qual a função ou finalidade e a importância da participação dos mesmos nesses serviços. Já noventa por cento dos entrevistados alegam ter conhecimento dos serviços, mostram a sua participação ativa nos encontros, que participam as ações realizadas sendo acompanhados pelos profissionais, participando também do serviço de convivência, dos atendimentos individuais e visitas domiciliares.

De acordo com Iamamoto (1997, p.37), a ruptura com a herança conservadora

Se expressa como uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento social mais geral determinado pelo confronto e a correlação de forças entre classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado as suas atividades e pela forma de conduzi-las (1997, p. 37).

Diante dessa herança que o Serviço Social adquiriu, desde os primórdios, ainda hoje, por mais que exista leis, programas e projetos que mostram que a Assistência Social através da LOAS. O Estado, por sua vez, diante do processo do capitalismo, que infelizmente, nunca deixou de ser uma implicação no desenvolvimento social, para aqueles que mais necessitam o próprio Estado se corrompe na garantia de dos direitos sociais. Ressalva-se que a PNAS executa no âmbito das políticas públicas uma responsabilidade política, tendo em vista tornar evidentes as diretrizes e efetivação da Assistência Social como direito à cidadania e dever do Estado.

Nesse tópico foi interrogada sobre as visitas domiciliares, se os idosos já receberam visitas dos técnicos em domicílio.



Fonte: Dados da pesquisa

Se tratando da contribuição do SUAS na superação das vulnerabilidades sociais, a assistência social, através de seus serviços prestados, os usuários junto aos profissionais buscam superações, diante a particularidade das famílias. O CRAS que é um dos mecanismos dos programas socioassistenciais, tem a função de contribuir na melhoria da convivência e do fortalecimento de vínculos com as famílias, diante dos grupo, da acolhida, das orientações e demais funções que possam favorecer a vida e a vivencia dessas pessoas que perpassam por problemas e dificuldades diariamente.

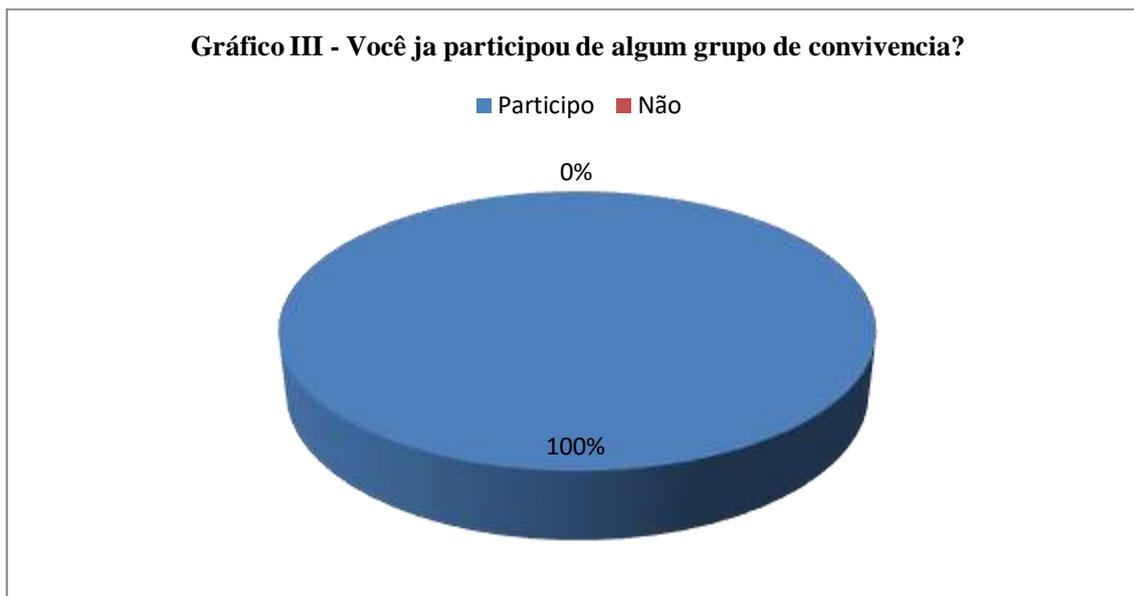
De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (2009, p. 09):

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção reconstrução de suas histórias e vivencias individuais e coletivas, na família e no território.

Na pesquisa realizada, consta que do número de idosos entrevistados, cinquenta por cento já receberam visitas domiciliares, indicando que a equipe técnica do CRAS por meio dos seus instrumentos de trabalho realizou as visitas. Assim a outra parte, que indica cinquenta por cento afirma que não tiveram contato direto com tal equipe, diante disso podemos detectar que atualmente muitos profissionais ainda deixam a desejar, pois o mesmo precisar estar a pá das vulnerabilidades dos usuários, das problemáticas em que aquela localidade em que o mecanismo estar situado tem suas diversas necessidades e particularidades, assim os técnicos junto a população idosa e as famílias requer uma troca de diálogo para que possam manter contato maior e uma troca de informações precisas.

5.2 - PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS NO SCFV

Neste item buscou-se saber se os idosos participam do SCFV. Vale lembrar que é de suam importância a participação dessa população, se faz necessário à colaboração dos mesmos para que haja a ampliação do conhecimento dos mesmos e o desenvolvimento familiar.



Fonte: Dados da pesquisa

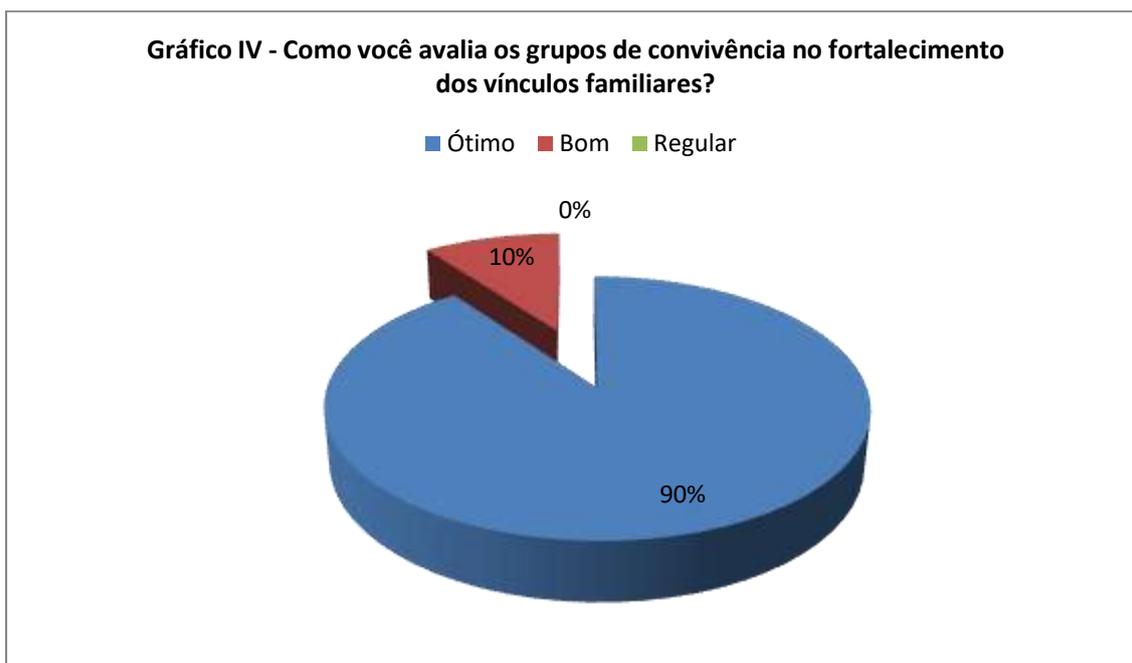
Como podemos observar todos os entrevistados participam do serviço de convivência, que é de suma importância à inserção dos usuários na política, programas e projetos sociais para que os mesmos possam ter um desenvolvimento da transformação do indivíduo, da evolução do conhecimento acerca dos seus direitos enquanto cidadãos e usuários da Política de Assistência Sociais e também podendo usufruir do seu bem-estar.

Segundo Carvalho (2006, p.39) sobre o SCFV:

O Estado, por meio da Assistência Social, além de outras políticas, pode possibilitar aos idosos o acesso aos direitos. A oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é uma forma de inserção dessa população à sociedade e contribuir para um processo de envelhecimento mais prazeroso, evitando a exclusão e o isolamento desse público.

O idoso vem ganhando atenção, e esses serviços fazem com que haja uma contribuição no processo de envelhecimento mais digno. Assim, o SCFV é uma forma de inserção da população idosa, podendo assim, havendo momentos onde se trabalha questões sobre a cidadania, autoestima, qualidade de vida desses indivíduos. Também pode-se desenvolver trabalhos que estimulam o idoso a ter uma vida familiar e social, assim podendo estabelecer vínculos de solidariedade.

Neste item procurou saber como as famílias avaliam os grupos de convivência no processo de fortalecimento de vínculos familiares.



Fonte: Dados da pesquisa

Enfatizando o gráfico três, observamos que noventa por cento dos idosos responderam que, diante do grupo e das atividades realizadas no serviço de convivência os mesmos avaliam com satisfação. Assim esses grupos que passam a contribuir com o fortalecimento de vínculos, na efetivação dos direitos sociais, também, buscam fazer com que os usuários possam conhecer e idealizar sobre assuntos na qual, muitos deles não tem um certo conhecimento, uma certa ideologia, podendo o idoso através das informações passadas pelos técnicos e equipe multidisciplinar, ter autonomia nas suas escolhas e na luta pelos seus direitos. Dessa forma, dez por cento avaliam os serviços do serviço de convivência como bom, porém isso não deixa de ser uma avaliação significativa.

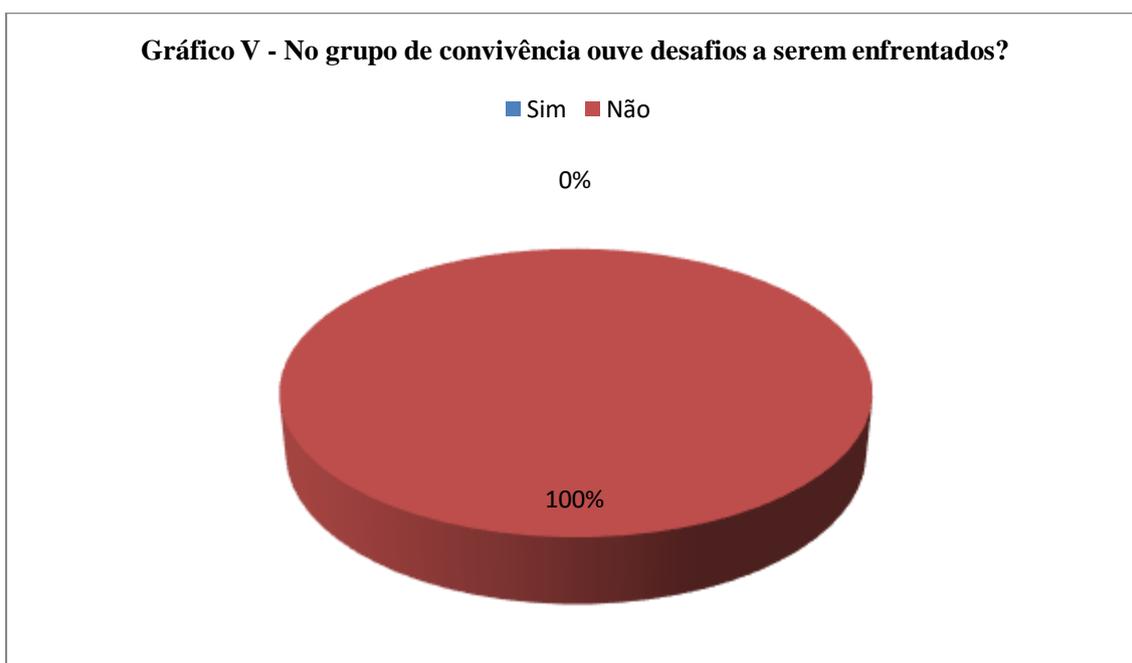
“Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.” (BRASIL, 2009 c, p. 13).

Diante o exposto, a implementação desses serviços necessita de uma equipe profissional que tenha a capacidade de organização diante as atividades que serão realizadas, como a troca de informações, como também, na recepção dos usuários, levando em conta o princípio da transparência e publicidade dos critérios de inserção e definição de usuários que é mostrada na Tipificação Nacional de Assistência Social, além das ações que são articuladas

pelo PAIF. Vale-se salientar que esses profissionais são capacitados relativamente através do SUAS.

5.3 – DESAFIOS ENFRENTADOS

Neste item questionamos aos Idosos a respeito do enfrentamento dos desafios dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com os dados obtidos no gráfico a cima, podemos ver que cem por cento dos idosos participantes da pesquisa afirmaram que não enfrentaram desafios nos serviços ofertados pelo CRAS. Dessa forma, apesar de termos conhecimento que grande parte da população idosa, que pode sim ter implicações ao procurar alguns serviços, felizmente podemos ver que hoje a população idosa obtém uma atenção especial, pois apesar de muitos se isolarem e ficarem ociosos pelo afastamento ao trabalho ou ate mesmo não terem certo conhecimento da Política de Proteção e de lazer, eles se engajam nas atividades, a fim de conviver socialmente entre eles mesmos.

Segundo MDS (2016):

A sua participação no grupo de convivência tem o objetivo de impedir que a vulnerabilidade vivenciada pelo usuário se torne violação de direitos. Para alcançá-lo, é preciso mais que uma tarde ou uma manhã de palestra ou de confecção de artesanato. Nesse sentido, bailes, festas, atividades físicas, confecção e exposição de artesanato,

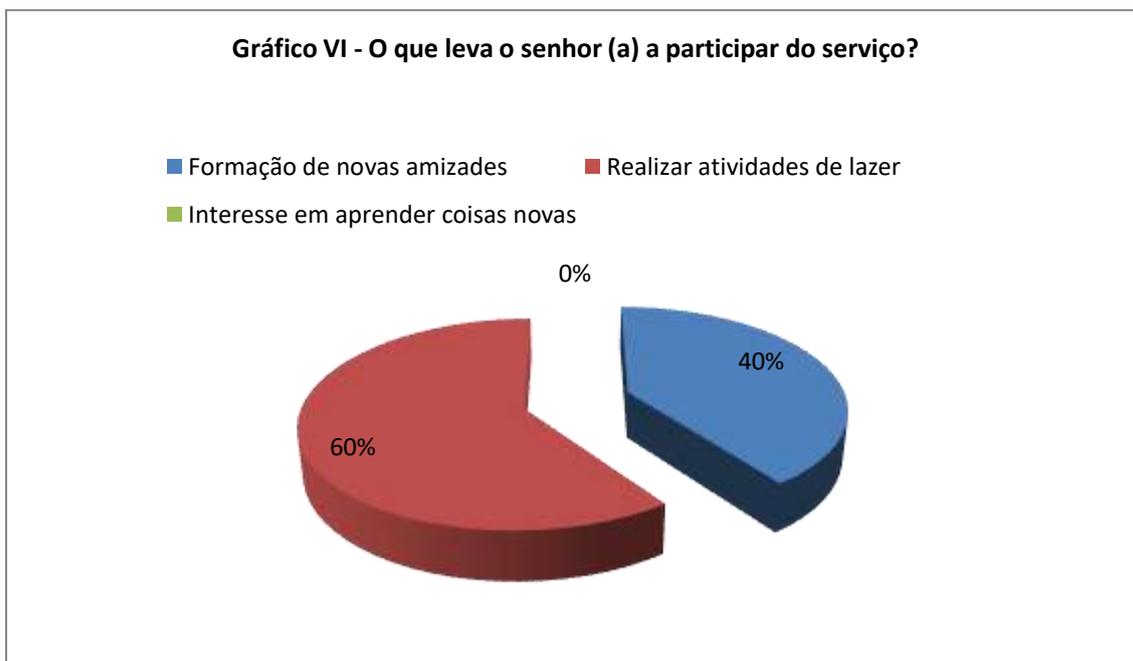
passeios e palestras não caracterizam, por si só, o SCFV. Todavia, essas atividades podem ser desenvolvidas como meio para promover a convivência entre os usuários, sempre conjugadas com os objetivos do SCFV. (MDS, 2016)

Sabemos que a melhor idade, são pessoas que já perpassaram por diversas situações, assim o SCFV, diante dessas casos e ações da vida, promove também a integração dessas pessoas, assim podendo os mesmos terem um papel ativo na sociedade, podendo assim adquirirem a criação novos conhecimentos e de novas habilidades.

Uma das vias possíveis para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade do idoso na sociedade brasileira contemporânea é por meio da promoção participação dos idosos na sociedade e que esses espaços de convivência podem se apresentar como locus privilegiados para tal empreendimento. Há aqui o entendimento de que essa participação é o acesso à organização que poderá contribuir na efetivação dos direitos da pessoa idosa previstos em leis. (ALVES, 2016, pg. 42)

Viver em grupo é uma atividade bem relevante para os idosos, que passa a promover a reconstrução da sua identidade, que de certa forma pode estar comprometida, e que também resgata os vínculos familiares. Dessa forma, os grupos para os idosos, é visto como uma alternativa de espaço institucional onde os mesmos se desenvolvem, socializam, e contribuem com o seu bem-estar e sua autoestima na melhoria da qualidade de vida.

Neste tópico foi abordado aos idoso quais o motivos que os levam a participar do SCFV.



Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com as informações coletadas é notório que, sessenta por cento participam do grupo de convivência levando em conta o lazer, que se relaciona o que foi dito anteriormente, o idoso por ter vivido muito, por hoje não ter mais afazeres rotineiramente, alguns procuram uma forma de distração que é também um dos objetivos do serviço de convivência, reconstruir o bem-estar, assim fazendo o idoso ter oportunidade de escutar, assuntos diferenciados e poder ouvir pensamentos diferenciados para que ele possa articular as suas ideias, executar atividades e conhecer aquilo que não é de seu conhecimento, e se relacionar com pessoas, que por mais que seja da mesma área, mas são pessoas com vivencias, problemas, pensamentos e experiências diferentes, mas que podem ter algo em comum.,

Ter um grupo de referência, no qual se possa compartilhar alegrias, tristezas, conhecimentos, entre outros, propicia ao idoso um suporte emocional e motivação para que este indivíduo tenha objetivos em sua vida, assim a participação dos idosos nos grupos de convivência leva a um aprendizado, uma vez que se compartilham ideias, experiências, e também ocorre uma reflexão sobre o cotidiano da vida dessas pessoas. (RIZZOLI, SURDI, 2010)

Assim, relacionado aos quarenta por cento de idosos entrevistados, os mesmos responderam que, o que levam a sua participação no grupo são as novas amizades.

A possibilidade de ter um espaço no qual possa realizar diferentes atividades e, ao mesmo tempo, conversar, sorrir e estar com outras pessoas, é referido pelos entrevistados deste estudo como sendo um ponto positivo para os participantes. Tal situação favorece um aumento na autoestima, valoriza a pessoa e faz com que o idoso exerça sua cidadania. (RIZZOLI, SURDI, 2010)

Neste tópico foi questionado aos idosos se já houve a vontade de desistir do grupo de convivência do CRAS.



Fontes: Dados da Pesquisa

De acordo com a afirmação dos idosos entrevistados, podemos perceber que existe uma grande satisfação da parte de todos em vista aos serviços prestados e desenvolvidos no grupo. Isso é bem positivo, e faz com que eles se sintam acolhidos bastante acolhidos, fazendo com que, através dessa positividade não haja desistência dos idosos, não havendo o rompimento do grupo e assim fortalecendo mais ainda o desenvolvimento, tanto dos serviços, atividades como do aprendizado de cada participante. Diante dessa satisfação, tanto os profissionais, equipe multidisciplinar e até mesmo os gestores, possibilitando o incentivo dos usuários a dá continuidade na sua participação nos serviços, fortifica mais ainda a participação ativa dessa população acerca de sempre estar evoluindo enquanto usuário e sujeito de direito.

A satisfação dos usuários de serviços deve ser cada vez mais incentivada dentro das organizações públicas e os gestores, orientados a buscá-la, pois não é porque os serviços são gratuitos para o consumidor que devem ser ofertados de qualquer forma, eles devem ser ofertados visando ao melhor atendimento das necessidades da população que deles necessita. Cabe à organização fazer os ajustes necessários para a melhoria dos serviços, para que seus clientes alcancem níveis de prazer altos em relação ao consumo (LIMA, SILVA, 2014)

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão que traz como temática principal a qualidade de vida do idoso, teve como objetivo geral analisar as contribuições das atividades desenvolvidas do SCFV para a vida do idoso no CRAS II no município de Jaguaribe-CE.

A população idosa vem tendo grande visibilidade, apesar, em seus antepassados serem altamente desvalorizados, não que ainda hoje não haja o não reconhecimento de toda uma trajetória de vida desses indivíduos, o esforço e dedicação por suas famílias, a proteção e demais sentimentos pelos mesmos, assim em sua velhice, o idoso por muitas das vezes sair da sua zona de conforto, o possibilita a não realizar atividades que possam lhe satisfazer como ser.

Dessa forma, evidenciando ainda mais as oportunidades dessa população a rede de serviços prestados pela Assistência Social, fez com que programas, ações e projetos fosse/sejam elaborados para a inclusão de idosos e sua família acerca da construção de uma vida melhor. Assim o SCFV que é ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, traz consigo a importância da participação dessa população que se sente fragilizada, assim através de atividades, rodas de conversas, oficinas, possibilitam ainda mais o idoso a se aprofundar daquilo que pouco sabe e se redescobrir, assim podendo fazer novas amizades e saber que entre eles existem casos iguais mais que cada um tem a sua essência e seu jeito de vive, mas que o melhor é compartilhar entre eles essas experiências e assim fortalecer seus vínculos tanto em seu ambiente familiar como no social. É importante destacar que os serviços também prezam pela qualidade de vida do idoso, através das suas necessidades de saúde, como, consultas dentro do próprio mecanismo, aulas de dança, ginástica, atividades essas que possibilita a visita de diversos profissionais na área da saúde para auxilia-los e claro, distraí-los.

Diante da entrevista realizada com os idosos do SCFV do CRAS II, podemos perceber que os eles são satisfeitos com os serviços e sua equipe composta do CRAS II, os mesmos admitem que participem do grupos pelas novas amizades mas também pelas atividades de lazer que são realizadas no grupo, que isso vem a contribuir na sua qualidade de vida.

Portanto diante de tantos anos vividos e experiências vividas o idosos ele tem por direito de seguir a sua vida sem toda e qualquer implicação, eles merecem atenção e o melhor para que possam viver bem, mesmo que tenha sua idade avançada, eles merecem ter uma vida digna, merecem ter seus direitos garantidos e ter uma vida individual, social e familiar de qualidade.

REFERÊNCIAS

_____. **Serviços de Proteção Básica. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** 1 Ed. Brasil. Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2014.

_____. **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasil. Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2017.

_____. **Orientações Técnicas sobre o PAIF. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** 2 Ed. Brasil. Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2012.

_____. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos.** Orientações Técnicas. Brasil. Ministério do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2014.

_____. Ministério da Justiça. **Política Nacional do Idoso.** Lei 8.842, 1994.

_____. Ministério da Justiça. **Política de Saúde da Pessoa Idosa,** portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006.

_____. Lei 8.742, de 7 dez. de 1993. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Brasília, 1993.

_____. **Ministério da Justiça. Estatuto do Idoso,** Lei 10.741, 2003.

ANDRADE, Ankilma do Nascimento. NASCIMENTO, Maria Mônica Paulino. OLIVEIRA, Marina Maria Duarte. QUEIROGA, Rosianny Marques. FONSECA, Fernando Luiz. ADAMI, Fernando. **Percepção de idosos sobre grupo de convivência: estudo realizado na cidade de Cajazeiras PB.** Rev. Scielo, 2013.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República.** Carta de São José sobre os direitos dos idosos da América Latina e Caribe. Brasília, 2013b. p. 507-519.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências** [Internet] Brasília; 2003 [citado 2009 out. 18]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm

_____. **Constituição da República Federativa**, 1988.

CARVALHO, M. C. B. **Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação**. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, ano XXVII, n. 87, set. Curitiba: Cortez, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017

_____, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIACOMIN, K.C. **Envelhecimento populacional e os desafios para as políticas públicas**. In: BERZINS, M.; BORGES, M.C. (Org.). *Políticas Públicas para um país que envelhece*. São Paulo: Martinari, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Envelhecimento da população do Brasil deve ser acelerada**, aponta IBGE, 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Envelhecimento populacional 2010**. Disponível em: Acesso em: 16 jan. 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS–CE, Debate n. 6, 1997^a.

LAKATOS, M. E; MARCONI, M. A de. **Metodologia Científica**. 5° ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOBATO, A. T. G. **Serviço Social e Envelhecimento: perspectivas de trabalho do Assistente Social na área da saúde**. BRAVO, M. I. S; VASCONCELLOS, A. M. (Orgs.). *Saúde e serviço social*. 5. ed. Rio de Janeiro: UERJ. 2012

MOURA S. M: **Política Social De Proteção Ao Idoso: A Reafirmação Da Cultura Privacionista No Trato Das Refrações Da Questão Social**.

MÔURA F. A : **Análise de políticas sociais para idosos no Brasil: um estudo bibliográfico**. 2016

OMS. **Organização Mundial da Saúde. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. 2015

ONU. **Organização das Nações Unidas. Plano de Ação Internacional sobre o envelhecimento, 2002.** Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

PRADO, T.M.B. **Proteção social à pessoa idosa no Brasil.** In: BERZINS, M.; BORGES, M.C. (Org.). Políticas Públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari, 2012

POTYARA A. P. P. **Política De Assistência Social Para A Pessoa Idosa.** 2010

RIZZOLI, Darlan. SARDIR. Aguinaldo Cesar. **Percepção dos idosos sobre grupo de terceira idade.** Ver. Scielo. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA M. R. F. **Envelhecimento E Proteção Social: Aproximação Entre Brasil, América Latina e Portugal.** Plat. Scielo. 2016.

SILVA, Luiza Maria. LIMA, Maximiliano de Sousa. **Análise de satisfação dos usuários: caso CRAS/ Marcelino Vieira-RN.** Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Rio Grande do Norte. 2014.

SANTANA E. P. Silva J. A. S. Silva V. S. **Histórico Da Política De Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais.**<http://www.joinpp.ufma.br>. 2013.

TAVARES R. E. JESUS M. C. P. MACHADO D. R. BRAGA V. A. S. TOCANTINS F. R. MERIGHI M. A. B. **Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa.** Rev. BROS. Rio de Janeiro, 2017.

APÊNDICES



FACULDADE VALE DO SALGADO

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM IDOSO

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO

Estamos realizando uma pesquisa com a temática “O Envelhecimento e a Importância da Convivência Familiar e Comunitária.” A seguir, serão apresentadas perguntas onde você deverá respondê-las da maneira mais sincera possível. Não existem respostas certas ou erradas, e o que mais nos interessa é sua opinião acerca deste tema. Agradecemos pela sua participação.

- 1) Dados sócio-demográficos:
- 2) Iniciais de identificação: _____
- 3) Sexo: () Masculino () Feminino
- 4) Idade: _____
- 5) Raça:
() Branca () Negra () Indígena () Amarela
() Mista () Outra: _____
- 6) Estado civil:
() Solteiro (a) () Casado (a) () Divorciado (a)
() Viúvo (a) () União Estável
- 7) Escolaridade:

Analfabeto Alfabetizado Fundamental I

Fundamental II Ensino Médio Superior

Outra: _____

8) Renda:

Sem renda menos de um salário 1 a 2 salários

3 a 5 salários mais de 5 salários

9) Número de filhos:

Sem filhos 1 a 2 filhos

3 a 5 filhos mais de 5 filhos

10) Sua casa está localizada:

Zona rural Zona urbana

Outra: _____

11) Tipo de moradia:

Própria Alugada Cedida Outro: _____

12) Quem mora com você?

Moro sozinho Pai Mãe Esposo (a), companheiro (a)

Filhos Irmãos Outros parentes

Amigos ou colegas

Outros: _____

13) Situação ocupacional:

Trabalha Aposentado (a) Pensionista Recebe BPC

Do lar Outros. Qual? _____

7- Em algum momento sentiu vontade de desistir da participação do serviço?

Sim ()

Não ()



FACULDADE VALE DO SALGADO – ICÓ – CEARÁ

Rua Monsenhor Frota, 609 – Centro – Icó/CE

C EP 63.430-000 – Fone: (88) 3561-2760

www.fvs.edu.br

CNPJ Nº 033.382.61/0001-04

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado

Sr.(a) _____.

DANIELA NUNES DE JESUS, CPF 039.168.745-00, e MARIA ISMÊNIA DA SILVA BOTÃO, CPF 047.610.743-10, da Faculdade Vale do Salgado estão realizando a pesquisa intitulada “**O ENVELHECIMENTO E A IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**”, que tem como objetivo Analisar as contribuições das atividades desenvolvidas do SCFV para a vida do idoso no CRAS II no município de Jaguaribe-CE. Por essa razão, o (a) convidamos a participar da pesquisa, sua participação consistirá em responder a um questionário contendo perguntas objetivas e subjetivas. Os benefícios esperados com este estudo são no sentido Identificar o exercício profissional no âmbito da proteção social básica; bem como outros relativos ao entendimento com o tema, os quais servirão de base para outros estudos assim como para a compreensão do trabalho desenvolvido por esses profissionais e possíveis problemas no que diz respeito às demandas. Toda informação que o (a) Sr.(a) nos fornece será utilizada somente para esta pesquisa. As respostas e dados pessoais serão confidenciais e seu nome não aparecerá em questionários, gravações, entre outros instrumentos, inclusive quando os resultados forem apresentados. A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado o questionário. Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar DANIELA NUNES DE JESUS, RUA SÃO JOSÉ, 1255 – NOVO CENTRO – ICÓ - CE, FONE: (88) 9.9836-5431, e/ou MARIA ISMÊNIA DA SILVA BOTÃO, RUA ANTONIO GOMES DA SILVA, 320 – EDMAR

BARREIRA– JAGUARIBE-CE, FONE: (88) 9.97181442, em qualquer horário. Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Faculdade Leão Sampaio com o seguinte telefone para contato: (88) 2101-1033 em Juazeiro-CE. Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Local e data

Assinatura do Pesquisador



FACULDADE VALE DO SALGADO – ICÓ – CEARÁ

Rua Monsenhor Frota, 609 – Centro – Icó/CE

CEP 63.430-000 – Fone: (88) 3561-2760

www.fvs.edu.br

CNPJ N° 033.382.61/0001-04

APENDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

_____ Pelo
 presente instrumento que atende às exigências legais, eu
 _____, portador (a) do Cadastro de
 Pessoa Física (CPF) número _____, declaro que, após leitura minuciosa
 do TCLE, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente
 explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido e não restando quaisquer
 dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E
 ESCLARECIDO em participar voluntariamente da pesquisa “**O ENVELHECIMENTO E A
 IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**”, assinando o
 presente documento em duas vias de igual teor e valor.

_____, _____ de _____ de 2018.

 Assinatura do participante ou Representante legal



Impressão dactiloscópica

 Assinatura do Pesquisado

ANEXOS



FACULDADE VALE DO SALGADO – FVS
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

www.fvs.edu.br

CNPJ N°: 03.338.261-0002/95

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Jana Patrícia Diógenes, portador do CPF: 263.471.723-22
e RG: 103828986 Secretária de Assistência Social, declaro ter lido o projeto intitulado “O ENVELHECIMENTO E A IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA” de responsabilidade dos pesquisadores Daniela Nunes de Jesus, portador CPF: 039.168.745-00 e RG: 1408413183 professora da Faculdade Vale do Salgado, e sua orientanda Maria Ismênia da Silva Botão, portador do CPF: 047610743-10 e RG: 2005019046296 e que uma vez apresentado a esta instituição o parecer de aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UNIVERSIDADE LEÃO SAMPAIO, autorizaremos a realização deste projeto na Faculdade Vale do Salgado, tendo em vista conhecer e fazer cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12 e/ou 510/16. Declaramos ainda que esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Jaguaribe – Ceará, 01 de OUTUBRO 2018


Assinatura e carimbo do responsável institucional